

# Raízes

Vol. 27, N° 1, jan. – jun./2008

Trabalho recebido em 05/01/2009  
Aprovado para publicação em 22/05/2009

## SENTIDOS DA GLOBALIZAÇÃO: UM DESAFIO AO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

Roberto Véras de Oliveira; Eliana Monteiro Moreira

### RESUMO

A globalização é uma expressão avançada do desenvolvimento do capitalismo. Resulta de processos históricos anteriores, mas representa uma situação nova. Não apenas alteram-se os conteúdos das dimensões econômica, tecnológica, política, social e cultural, mas também os padrões de articulação entre elas, o modo como passam a relacionar-se reciprocamente. Projeta-se um novo todo social, a sociedade global, que desafia o pensamento sociológico a um imenso esforço de reelaboração.

**Palavras-chave:** globalização, local-global, sociedade global

## MEANINGS OF GLOBALIZATION: A CHALLENGE TO SOCIOLOGICAL THINKING

### ABSTRACT

Globalization is an advanced expression of the capitalism development. It is the result of previous historical processes, but it also represents a new situation. It not only changes the contents of the economic, technological, political, social and cultural dimensions, but also the pattern of articulation between them; how they relate to each others. It projects a new social whole, a global society, which demands a huge effort of sociological thinking revision.

**Key words:** globalization, local-global, sociological thinking

---

**Roberto Véras de Oliveira.** Doutor em Sociologia, professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UACS/PPGCS/UFCG. E-mail: rbveras@uol.com.br

**Eliana Monteiro Moreira.** Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – DS/PPGS/UFPB.

---

## 1. INTRODUÇÃO

“Globalização”, “mundialização”, eis um tema que, nas últimas décadas, vem ocupando o centro dos debates políticos e acadêmicos em todo o mundo, uma vez que os processos que implica e as conseqüências que traz se espraiam por todas as dimensões da vida social na atualidade. Uma de suas características mais marcante é a “quebra” das fronteiras espaço/tempo, fazendo-a, em suas diversas manifestações, onipresente, e, por isso mesmo, capaz de produzir um efeito “unificador” das histórias das sociedades, quer próximas, quer as mais distantes. Todas se encontram sob a regência dessa mesma “coreografia”.

As situações que atualmente são identificadas como manifestações da globalização são, ao mesmo tempo, a continuidade/desdobramento de processos historicamente presentes na trajetória social da humanidade e a configuração de uma situação inédita.

Na sua base se encontram fenômenos históricos tais como:

- a) a integração societal/territorial, de base militar, política, econômica, cultural, desde sempre presente (na forma de processos de unificação territorial, de constituição de impérios, de colonizações), da qual derivaram o expansionismo helênico, o Império Romano, o Império Otomano, a moderna colonização da América e de regiões da África e da Ásia etc.
- b) a nacionalização-internacionalização econômico-político-cultural, desencadeada particularmente a partir do Século XV, cujos pressupostos históricos foram o desenvolvimento do capitalismo comercial e a constituição do Estado-Nação<sup>1</sup>, tendo como resultados marcantes, ao longo dos séculos seguintes, os fenômenos do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo capitalista, a figura das empresas multinacionais, o processo de constituição da Comunidade Européia e outros processos de regionalização, para citar alguns.
- c) a configuração de uma dinâmica de interdependência econômica mundial, particularmente desencadeada com a primeira divisão internacional do trabalho,

resultante do desenvolvimento do capitalismo industrial<sup>2</sup>. A partir de então as economias do mundo imbricaram-se/integram-se cada vez mais, mesmo se observando momentos e situações marcados por relativo fechamento, seja como tendência geral, seja como característica de países específicos.

Tais processos são aqui entendidos como dimensões de uma dinâmica social, econômica, política, cultural, que em perspectiva histórica resultaram em uma cada vez maior (embora, não em sentido linear) integração mundial. Isso, até que, pela primeira vez, nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2005, p. 25), envolve todo o globo: “a extraordinária amplitude e profundidade destas interações transnacionais levaram a que alguns autores as vissem como ruptura em relação às anteriores formas de interações transfronteiriças, um fenômeno novo designado por ‘globalização’”. Esta viria a ser, para o referido autor, “uma fase posterior à internacionalização e à multinacionalização porque, ao contrário destas, anuncia o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas” (SANTOS, 2005, p. 26).

Não obstante as bases históricas dos processos da globalização terem sido plantadas antes da emergência do capitalismo, este se constituiu em uma condição histórica decisiva para que o mundo chegasse a tal situação. Mais do que isso, a globalização, conforme vem se colocando, é uma expressão mais avançada do desenvolvimento do capitalismo e do rumo por esse assumido.

Nos termos de Marx, o capitalismo tem como característica sócio-produtiva a sobreposição do *valor de troca* frente ao *valor de uso* das mercadorias, orientando-se para a geração de lucro e para a acumulação de capital. Para isso, requer um processo constante de expansão dos mercados, até envolver todo o globo, ao mesmo tempo logrando converter em mercadorias os mais diversos setores da atividade humana. Daí resultaram o Mercantilismo, o Imperialismo Britânico, as Guerras Inter-imperialistas, a Guerra Fria, a globalização, envolvendo simultânea e articuladamente dimensões econômica, tecnológica, social, política, cultural.

<sup>1</sup> “O estado-nação criado na Europa Ocidental com o capitalismo, ou com a revolução burguesa, transformou-se em ‘modelo’ levado, imposto ou adotado nos quatro cantos do mundo. Essa é uma longa história, acompanhando o mercantilismo, o colonialismo e o imperialismo, ainda desdobrando-se no globalismo” (IANNI, 2007, p. 188).

<sup>2</sup> “Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional (...) Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações” (MARX, sd, pp. 24-25).

Citando Charles Tilly, Santos (2005) se refere a quatro ondas de globalização ocorridas ao longo do milênio passado, particularmente nos séculos XIII, XVI, XIX e no final do século XX. A novidade da globalização atual estaria, de um lado, no fato de se tratar de um fenômeno com amplitude ímpar e que cobre um vasto campo da vida social e da intervenção estatal e, de outro, na dramática assimetria entre o Norte e o Sul na qual se baseia e alimenta, de modo que

a soberania dos Estados mais fracos está agora diretamente ameaçada, não tanto pelos Estados mais poderosos, como costumava ocorrer, mas sobretudo por agências financeiras internacionais e outros atores transnacionais privados, tais como as empresas multinacionais (SANTOS, 2005, p. 37).

Enquanto a onda de globalização ocorrida no século XIX teria concorrido para o fortalecimento dos Estados-nacionais (particularmente do Ocidente), no caso atual estaria levando ao seu enfraquecimento.

O atual fenômeno da globalização, no que se refere à sua expressão mais estritamente *econômica*, envolve evidentes mudanças no regime de produção, na configuração do comércio, na dinâmica financeira (que passa a assumir, sob a denominação de “financeirização”, um papel mais proeminente na economia como um todo), sempre no sentido de uma inédita base de integração global.

As inovações no campo *tecnológico* (informática, telecomunicações, transportes, microeletrônica, biogenética, nanotecnologia, química fina etc.) constituem uma condição e resultado decisivos de tal processo<sup>3</sup>.

Quanto ao aspecto *político*, se expressa por meio de uma crise do Estado-Nação (ainda mais fortemente, de sua versão *Welfare State*), acompanhada da emergência de novas referências de poder mundial (FMI, BIRD, OMC, corporações transnacionais), capitaneadas pelos EUA, ao mesmo tempo em que se constituem outros pólos de poder geopolíticos, como a Comunidade Européia, o Sudeste Asiático, os países emergentes.

Em termos *culturais*, a globalização traduz-se, por exemplo, na consolidação/internacionalização da indústria do entretenimento, na instituição de um padrão global de consumo, de padrões comportamentais internaci-

onais, de uma intensificação nas formas de intercâmbio.

Do ponto de vista *social*, suas reverberações são sinais da época, marcando com seus rastros a maioria das sociedades. Só que este processo tem provocado ecos de intensidade distinta, dadas as especificidades das realidades regionais. Apesar das diferenciações, as repercussões têm tido um eixo mais ou menos comum, que é a agudização dos estados de precarização e de privação a que vem sendo submetidos os contingentes populacionais majoritários do planeta. São expressões disso: taxas elevadas de desemprego; um aumento expressivo de ocupações desvalorizadas, no mais das vezes prevalecendo situações de emprego sem remuneração fixa ou de rendimento irrisório; um elenco vastíssimo de “improvisações” pulverizadas e de tudo desqualificadas. Esta situação não se encontra, no entanto, localizada nesta ou naquela região, neste ou naquele país: seu “espaço” é maior porque inserido dentro de uma lógica social-econômica-político-cultural muito mais ampla, “unificando” as realidades através das crises gestadas pelos países do Norte – o epicentro da economia mundial, à busca de reafirmar seus processos de acumulação em detrimento da subsunção dos países do Sul.

A dinâmica social, com a globalização, se modifica nas suas diversas dimensões constitutivas. Santos (2005) se refere, por isso, à “globalização econômica”, à “globalização política”, à “globalização social” e à “globalização cultural”. Partimos dessa base, mas na seqüência nos interessa mais em particular realçar que não apenas alteram-se os conteúdos das dimensões econômica, tecnológica, política, social e cultural, mas também, e de forma marcante, os padrões de articulação entre elas, o modo como passam a relacionar-se reciprocamente.

A seguir, em diálogo com a bibliografia especializada, indicamos alguns dos processos que, estando na base do fenômeno da globalização, no seu modo dominante de se impor às sociedades atuais, influenciam para um novo todo social, uma *sociedade global*.

## 2. FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA

A “financeirização” da economia, baseada em um

<sup>3</sup> Castells (2006), dada a ênfase que dá à revolução tecnológica de base informacional, quanto ao fenômeno da globalização, evidencia expressões como “informacionalismo”, “sociedade informacional”, “sociedade em rede”: “A revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980” (CASTELLS, 2006, p. 50).

novo padrão tecnológico nos campos da informação e das comunicações, sustenta-se na livre circulação dos capitais financeiros em nível planetário, traduzindo-se em uma das principais expressões do fenômeno da globalização. Alteram, no âmbito interno à dinâmica econômica, os termos da relação entre *setor financeiro* e *setor produtivo*. Os recursos disponíveis na economia mundial são cada vez mais canalizados para a atividade especulativa, cujo palco por excelência são os mercados financeiros e de capitais, constituídos por bancos, fundos de pensão, companhias de seguro, entre outros agentes, onde negociam-se ações, derivativos, moedas estrangeiras, crédito etc., ao mesmo tempo que envolvem, em uma nova dinâmica, toda a economia mundial.

Para Chesnais (1996, p. 239), “A esfera financeira representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais”<sup>4</sup>. Completa, ainda, o autor:

A capacidade intrínseca do capital monetário de delinear um movimento de valorização ‘autônomo’, com características muito específicas, foi alçada pela globalização financeira a um grau sem precedentes na história do capitalismo. As instituições financeiras, bem como os ‘mercados financeiros’ (...), erguem-se hoje como força independente todo-poderosa perante os Estados (que os deixaram adquirir essa posição, quando não os ajudaram), perante as empresas de menores dimensões e perante as classes e grupos sociais despossuídos, que arcam com o peso das ‘exigências dos mercados’ (financeiros).

Nesses termos, a “financeirização da economia” (sustentando-se na autonomização do capital financeiro frente ao capital produtivo) se apóia e alimenta o processo de autonomização da *esfera econômica* frente à *esfera política*, do *mercado* frente ao *Estado*. Quanto mais liberdade de ação requer, mais passa a exigir da sociedade e do Estado menos regulação pública. Sob o discurso da “liberalização” dos mercados, se volta contra o papel regulador do Estado (em particular do Estado keynesiano), não só sobre o mercado financeiro, mas de modo mais amplo sobre toda a economia. Segundo Oliveira (2006, p. 283),

A autonomização quer dizer que não há regras mercantis, é merca-

do para além de si, um permanente ad hoc, em que não se fixam contratos. Em grande medida, esse processo tem sua raiz na financeirização dos Estados nacionais (...) Daí que a financeirização, freqüentemente, redunde em estagnação da produção material e destruição do aparato produtivo, que na periferia tem assumido os tons mais dramáticos.

### 3. AUTONOMIZAÇÃO DO ECONÔMICO FRENTE AO POLÍTICO

A autonomização da economia é um fenômeno próprio do capitalismo, particularmente na sua versão mais *liberal*, quando o mercado é concebido como o lugar central das decisões mais importantes sobre os destinos da sociedade, em detrimento do Estado e dos espaços públicos não necessariamente estatais.

Após um relativamente curto (no tempo), limitado (na incidência) e restrito (na abrangência), embora relevante (como referência), período de regulação estatal do capitalismo (denominado *Welfare State*), atualmente, na sua versão *neoliberal*, os discursos empresarial, governamental e midiático elegeram o Estado, as políticas públicas, a regulação pública, as organizações sociais, os direitos sociais, os processos políticos, como alvos preferenciais de seus ataques. Sob tal discurso, buscam legitimar os processos de privatização, de liberalização dos mercados, de desregulamentação das relações de trabalho, de incentivo à competição como paradigma de sociabilidade (aguçando os individualismos), de desqualificação do conflito e do dissenso (tese do “pensamento único”, “consenso”), de valorização do lugar *econômico/mercado* em detrimento do lugar *político/Estado*.

As palavras de ordem que comandam esses processos são “liberalização/desregulamentação dos mercados”, “privatizações” e “Estado mínimo”, concorrendo para afetar drasticamente a relação do Estado com o mercado, ao mesmo tempo em que, conforme Boaventura Santos encerram um paradoxo: dado que o período anterior foi marcado por forte intervenção estatal na vida econômica e social, embora com variações de modelo e de intensidade de lugar para lugar, “o retraimento do Estado não pode ser obtido senão através da forte intervenção estatal. O Estado tem de intervir para deixar de intervir,

<sup>4</sup> São todos aspectos que em muito vêm sendo evidenciados pela atual crise financeira.

ou seja, tem de regular a sua própria desregulação” (Santos, 2005, p. 38).

A autonomização do *econômico* frente ao *político*, denominado por Milton Santos (2006, p. 18) de “império do dinheiro”, ao fundar-se “na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal”, requer como contrapartida o *esvaziamento da política*. Conforme Bauman (1999a, p. 74),

Devido a total e inexorável disseminação das regras de livre mercado e, sobretudo, ao livre movimento do capital e das finanças, a ‘economia’ é progressivamente isentada do controle político; com efeito, o significado primordial do termo ‘economia’ é o de ‘área não política’. O que quer que restou da política, espera-se, deve ser tratado pelo Estado, como nos bons velhos tempos – mas o Estado não deve tocar em coisa alguma relacionada à vida econômica: qualquer tentativa nesse sentido enfrentaria imediata e furiosa punição dos mercados mundiais.

#### 4. ESVAZIAMENTO E TECNICIZAÇÃO DA POLÍTICA

Na base do consenso *neoliberal*, não há lugar para a *política*, a não ser como *técnica*, como “consenso”, ou seja, na condição de sua negação. Para Santos (2005, p. 28), o filósofo e historiador americano Francis Fukuyama, “com a sua idéia do fim da história, deu expressão e divulgação a este meta consenso”. Vislumbrar o “fim da história”, sob o pressuposto de que a humanidade teria chegado ao seu ponto máximo de desenvolvimento com o *capitalismo* e a *democracia liberal*, implicou em conceber o tema da transformação social, não como uma “questão política”, mas como uma “questão técnica”. Assim sendo, o “fim da história” significaria o “fim da política”.

Também na percepção de Bauman (2006, p. 82-83), as instituições políticas, de modo explícito ou implícito, estariam abandonando ou restringindo seu papel de decisão sobre as regras e a agenda de opções políticas. Tais prerrogativas estariam sendo cedidas a forças alheias às instituições políticas (“es decir, no elegidas ni controlables”):

La ‘desregulación’ implica la limitación de la *función reguladora del Estado*, no necesariamente la disminución, y mucho menos la desaparición, de la regulación. El efecto más evidente de este retroceso o autolimitación del Estado es la mayor exposición de los electores al impacto coercitivo (la agenda) y doctrinario (el código) causado por

fuerzas esencialmente no políticas, en particular las fuerzas asociadas con mercados financieros y de productos (...) La tendencia más marcada de nuestra época es *la separación del poder y la política*: el verdadero poder, que es capaz de determinar el alcance de las elecciones prácticas, *fluye*, gracias a su movilidad – nunca tan irrestricta –, es virtualmente global... o más bien, extraterritorial.

A globalização, sob o primado do pensamento *neoliberal*, exige uma Reforma do Estado, com o propósito de alterar, em conformidade com sua dinâmica, os processos e métodos de decisão e os espaços de poder efetivos. Diniz (2001), referindo-se à Reforma do Estado ocorrida nos anos 1990 no Brasil e na América Latina, considerou que com esta buscou-se a “valorização do saber técnico e da racionalidade da ordem econômica”, em detrimento da “racionalidade da instância política”, reforçando “a primazia do paradigma tecnocrático”,

segundo o qual, independentemente do regime político em vigor, eficiência governamental seria a resultante de um processo de concentração, centralização e fechamento do processo decisório, sendo a eficácia de gestão reduzida à noção de insulamento burocrático. Desta forma, preservar a racionalidade burocrática implicaria a meta de neutralizar a política e reforçar a autonomia decisória de elites encasuladas na cúpula burocrática.

Com a Reforma do Estado, além da restrição do papel do Estado a funções de caráter mais administrativo (implicando na redução de seu tamanho, particularmente quando medido em contingentes de funcionários públicos, e na desresponsabilização com suas funções de tipo mais sociais), adota-se uma perspectiva gerencial de gestão pública. A medida da avaliação do Estado e de suas atribuições deixa de ser fornecida pela *racionalidade política* e passa a ser ditada pela *racionalidade do mercado*, quando são incorporadas como referências: a administração gerencial por resultados (com a empresa, “competente”, passando a ser o modelo para o Estado, “incompetente”); a regulação estatal do mercado realizada por agências “técnicas” e “autônomas”; a “autonomização” do Banco Central (frente ao Executivo e ao Legislativo); a adoção de elementos de política macroeconômica do tipo câmbio flutuante (taxas de câmbio determinadas pelas oscilações do mercado externo, e não mais por decisão político-estratégica) etc.

A mídia e os empresários passam a denunciar a *influência nefasta da política* em assuntos estratégicos do Esta-

do, como a gestão da política monetária pelo Banco Central. A doutrina econômica (neoclássica) assume ares de ciência por excelência das questões do Estado. A noção de *sociedade civil* (teórica e politicamente associada à idéia de *hegemonia*) dá lugar à noção de *terceiro setor* (em um esforço de *onguização* da política, com ONGS, sindicatos, fundações públicas e privadas, entre outras organizações sociais, atuando como “parceiros” do Estado na execução de políticas públicas sociais de tipo *compensatório e focalizado*<sup>5</sup>). Fala-se em *governança* (que tem um sentido mais pragmático de garantir-se o compartilhamento do poder, na forma de “parcerias”, entre agentes estatais e não-governamentais), e não mais em *governabilidade* (que sugere correlação de forças, no espaço decisório do Estado, e realça o sentido político do que está posto em causa)<sup>6</sup>. O governante passa a ser avaliado tão somente pela *competência*. Dissemina-se o discurso do *fim das ideologias* e do quão *atrasados* têm sido aqueles que buscam *politicizar* as questões do Estado. Ao fim e ao cabo, “ao se tecnicizar a política, subtrai-se da competência democrática dos cidadãos o poder de decisão” (Tótor, 1995, p. 16).

É assim que as nações são postas frente ao fenômeno da globalização: tudo se resume em *saber* aproveitar as novas oportunidades, conforme as regras com as quais se apresentam, e *ser capaz* de contornar as novas dificuldades *inevitavelmente* colocadas por tal situação.

A tendência (meta) do *esvaziamento/tecnicização* da política não necessariamente significa seu *fim*. De um lado, como propôs a Reforma do Estado e como alerta Sennet (2006, p. 126), o espaço reservado institucionalmente à política sofre profunda ressignificação no seu conteúdo, no sentido da assimilação, na sua dinâmica, dos parâmetros do mercado:

Por absurdo que pareça, poderíamos resumir a questão do equacionamento entre economia e política da seguinte maneira (...) O

merchandising dos dirigentes políticos teria adquirido as características da venda de sabão, com marcas de identificação instantânea e serem escolhidas na prateleira pelo consumidor político? Se a resposta a todas as perguntas acima for sim, o marketing passa a ser a essência da política, o que não parece bom para a vida política. A simples idéia de democracia exige mediação e discussão face a face; requer antes deliberação que embalagem bonita.

Concomitantemente, isso implica em esvaziar tais espaços de poder efetivo de decisão política, visto que ao “consumidor-espectador-cidadão” reservar-se-ia tão somente a aprovação de “plataformas políticas que mais parecem plataformas de produtos”:

“A plataforma Volkswagen é um chassi comum no qual pequenas diferenças materiais são infladas em seu valor para se transformarem em marcas. A política moderna tem uma forma semelhante, a que costumamos dar o nome de política consensual” (SENNET, 2006, p. 148).

De outro lado, para Beck (1999, p. 14), o que ocorre é um processo de “exclusão da política” do espaço do Estado nacional, como consequência política da globalização econômica. Nesse sentido, globalização significaria politização (ou “subpolitização”<sup>7</sup>, como prefere o autor):

Porque o aparecimento da globalização permite aos empresários e suas associações a reconquista e o pleno domínio do poder de negociação que havia sido politicamente domesticado pelo Estado do bem-estar social capitalista organizado em bases democráticas. A globalização viabilizou algo que talvez já fosse latente no capitalismo, mas ainda permanecia oculto no seu estágio de submissão ao Estado democrático do bem-estar, a saber: que pertence às empresas, especialmente àquelas que atuam globalmente, não apenas um papel central na configuração da economia, mas a própria sociedade como um todo – mesmo que seja “apenas” pelo fato de que ela pode privar a sociedade de fontes materiais (capital, impostos, trabalho).

<sup>5</sup> Ver, a respeito da construção social e significados da noção de “terceiro setor”, com ênfase no caso brasileiro, Montaño (2007).

<sup>6</sup> Santos (2005, pp. 37-38, grifos do autor) se refere à “transição do conceito de governo (*government*) para o de governança (*governance*), ou seja, de um modelo de regulação social e econômica assente no papel central do Estado para um outro assente em parcerias e outras formas de associação, entre organizações governamentais, para-governamentais e não-governamentais, nas quais o aparelho de Estado tem apenas tarefas de coordenação enquanto *primus inter pares*”.

<sup>7</sup> Para Beck (1999, p. 17, grifos do autor), o poder das empresas transnacionais se afirma “sem revolução”, “sem mudanças legislativas ou constitucionais”, mas “apenas com o curso normal, por assim dizer, do *business as usual*”. Sendo assim, continua o autor, “não é necessário nem mesmo um debate público”. Tudo isso justificaria o conceito de “subpolítica”, “não como uma (teoria da) conspiração, mas uma chance adicional de negociação e poder para além do sistema político que tanto fez prosperarem as empresas atuantes no quadro da sociedade mundial: o equilíbrio e o pacto de poder da primeira sociedade industrial moderna foram rescindidos e – sem a participação do Governo e do Parlamento, da esfera pública e dos tribunais – foi novamente redigida nos termos da autogestão da atividade econômica”.

Nos termos do discurso predominante no contexto da globalização, encerra-se aqui um outro paradoxo. Assim como o enfraquecimento do papel regulador do Estado requer como condição de sua viabilização um Estado forte, a perseguição do propósito do esvaziamento da política (pelo menos quanto ao lugar conquistado, por essa, no âmbito do Estado nacional e, sobretudo, na forma do *Welfare State*) não pode ser senão resultado de uma ação política por excelência. É o que observa Bourdieu (2001, p. 60, grifos do autor):

Tudo o que se descreve sob o nome ao mesmo tempo descritivo e normativo de 'globalização' é efeito não de uma fatalidade econômica, mas de uma política consciente e deliberada, mas o mais das vezes inconsciente de suas conseqüências. Totalmente paradoxal, uma vez que se trata de uma *política de despolíticação*, essa política que bebe desavergonhadamente no léxico da liberdade, do liberalismo, da liberalização, da desregulamentação visa conferir um predomínio fatal aos determinismos econômicos, *liberando-os* de todo controle, e submeter os governos e os cidadãos às forças econômicas e sociais assim 'liberadas'. Foi essa política elaborada nas reuniões dos grandes organismos internacionais, como a OMC, ou a Comissão Européia, ou no seio de todas as 'redes' de empresas multinacionais, que se impôs, pelos caminhos mais diversos, sobretudo jurídicos, aos governos liberais ou mesmo social-democratas de um conjunto de países economicamente avançados, levando-os a se desfazer pouco a pouco do poder de controlar as forças econômicas.

## 5. MERCADORIZAÇÃO DA CULTURA

Trata-se de um dos temas prioritários da Escola de Frankfurt. O fenômeno da "indústria cultural" teria emergido com o capitalismo de consumo, a partir do início do Século XX. A cultura converter-se-ia cada vez mais, sob tais condições, em mercadoria.

No contexto da globalização, tal tendência se generaliza, se aprofunda, ganha uma dimensão ímpar. As diferenças culturais são transformadas em (assimiladas acriticamente como) "nichos de mercado". Os espaços e atividades referidos à cultura perdem o sentido de oportunidade de reflexão crítica sobre a sociedade, sobre o po-

der e sobre si mesmos (sobre sua condição e sentidos) e viram "indústria do entretenimento". Padrões culturais são globalmente instituídos na forma de padrões de consumo. A cultura tende a ser ainda mais assimilada e submetida ao primado da economia/mercado.

Nas palavras de Harvey (1992, p. 311), "o que de fato está em jogo aqui, contudo, é uma análise da produção cultural e da formação de juízos estéticos mediante um sistema organizado de produção e de consumo mediado por divisões do trabalho, exercícios promocionais e arranjos de marketing sofisticados". O autor evidencia que, no mundo de hoje, conectando produção, *marketing* e consumo, "o sistema inteiro é dominado pela circulação do capital (com freqüência multinacional)". Assim, não caberia dizer, quanto ao atual sistema mundial de produção cultural, "que a circulação de capital esteja ausente dele e que os praticantes e agentes que nele atuam desconheçam as leis e regras de acumulação, apesar do alto grau de dispersão dos consumidores e da influência destes naquilo que é produzido e nos valores estéticos que devem ser transmitidos".

Referindo-se ao "consenso" que prevalece no atual contexto da globalização, de índole *neoliberal*, Santos (2005, p. 49) corrobora tal percepção:

Os fenômenos culturais só lhe interessam na medida em que se tornam mercadorias que, como tal, devem seguir o trilho da globalização econômica. Assim, o consenso diz, sobretudo, respeito aos suportes técnicos e jurídicos da produção e circulação dos produtos das indústrias culturais como, por exemplo, as tecnologias de comunicação e da informação e os direitos de propriedade.

O fenômeno *da mercadorização da cultura* compõe, inter-influenciando-se, os fenômenos da *autonomização da economia (dos mercados)* e do *esvaziamento da política*, quanto mais se estabelece, como traço cultural, a adesão comportamental à sociedade de consumo e uma conseqüente "retração no conformismo" (Castoriadis, 1992)<sup>8</sup>. Na sua base se encontra uma nova correlação de forças sociais e políticas, as quais têm dado a oportunidade histórica da globalização nos termos em que está se fazendo.

<sup>8</sup> O que, para o autor, significaria a época atual como de "conformismo generalizado": "Depois dos movimentos dos anos 60, o projeto de autonomia parece sofrer eclipse total. Podemos considerar esse fato como uma evolução conjuntural de curto prazo. Mas essa interpretação parece pouco provável diante do peso crescente da privatização, da despolíticação e do 'individualismo'" (CASTORIADIS, 1992, p. 22).

## 6. AUTONOMIZAÇÃO DO CAPITAL FRENTE AO TRABALHO

Uma das principais características da nova realidade do mundo do trabalho, nas últimas décadas, tem sido a crise do emprego<sup>9</sup>. Efetivamente, as empresas capitalistas tendem a empregar contingentes cada vez menores de trabalhadores, quanto mais “modernizam-se”. O acirramento da concorrência intercapitalista e a necessidade de sistematicamente reduzir custos, a introdução de novas tecnologias, a adoção de novos métodos de gestão, a maior mobilidade produtiva e financeira do capital, a crescente pressão no sentido da flexibilização da produção, da organização empresarial e das relações de trabalho, entre outros, são processos que vêm contribuindo para alterar a correlação de forças em favor do capital, impor perdas aos trabalhadores e reduzir a necessidade de sua contratação pela empresa capitalista, ao mesmo tempo em que tem concorrido para diversificar (precarizando) os vínculos de trabalho. Os processos de privatização agravam o quadro, ao implicar em mais demissões e precarização do trabalho.

Para Santos (2005, pp. 34-35),

No domínio da globalização social, o consenso neoliberal é o de que o crescimento e a estabilidade econômicos assentam na redução dos custos salariais, para o que é necessário liberalizar o mercado de trabalho, reduzindo os direitos liberais, proibindo a indexação dos salários aos ganhos de produtividade e os ajustamentos em relação ao custo de vida e eliminando a prazo a legislação sobre salário mínimo (...). A contração do poder de compra interno que resulta desta política, deve ser suprida pela busca de mercados externos.

O fenômeno da globalização envolve, assim, de modo contundente o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que se alimenta de sua crise, para a qual tem sido um fator causal decisivo. Conforme Ianni (2007, p. 123): “na mesma escala em que se dá a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho”. Complementarmente, referindo-se ao grau de mobilidade alcançado pelo capital e ao nível de flexibilização das relações de trabalho que tem conseguido impor, para o mesmo autor, tais condições “permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira

enfraquecida” (Ianni, 2007, p. 127). O desenvolvimento tecnológico, nas áreas do transporte e da comunicação, e a crescente subdivisão mundial do trabalho, teriam revelado um “exército industrial de reserva”, em uma dimensão tal que “todos estes trabalhadores potenciais agora podem competir, ‘com êxito’, no mercado de trabalho mundial com trabalhadores dos países industrializados tradicionais” (Ianni, 2007, p. 132). Ou seja:

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), rápido destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (IANNI, 2007, p. 128).

A autonomização do capital frente ao trabalho encerra uma dimensão *técnico-econômica*, ao ser possibilitada por certo estágio de desenvolvimento técnico da produção, dos transportes, das comunicações, da base financeira da economia. Mas há também, associada a essa, uma condição de possibilidade relacionada à dimensão *política*, referida à correlação de forças entre trabalhadores e capitalistas, que tem concorrido para favorecer o lugar destes últimos e vulnerabilizar a condição dos primeiros.

O poder de força dos trabalhadores, nesse novo contexto, é arrefecido com a economia de postos de trabalho propiciada pela combinação entre novas tecnologias e novas técnicas de gestão da produção, e com o enfraquecimento do Estado nacional, palco no qual se estabeleceram as bases político-institucionais do contrapoder dos trabalhadores (sobretudo, sindicais e partidárias) no seu processo histórico de resistência às condições a eles impostas pelo desenvolvimento do capitalismo. É assim que Beck (1999, p. 15) comenta:

A economia de atuação global enterra os fundamentos do Estado e da economia nacional. E assim entra em curso uma subpolitização de dimensões impensadas e conseqüências imprevisíveis. Trata-se de

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, estudo de Pochmann (2001).

um novo *round* para se derrubar elegantemente o velho adversário ‘trabalho’: mas ao mesmo tempo trata-se principalmente da demissão do ‘capitalismo ideal e completo’, como Marx chamava o Estado; ou seja, trata-se da libertação das amarras do trabalho e do Estado, tais como estes surgiram nos séculos XIX e XX.

A globalização econômica tem como uma de suas mais contundentes conseqüências a globalização da questão social, a qual tem se manifestado (embora com intensidades e profundidades diferentes nas diversas regiões do mundo), por exemplo, em situações como:

desemprego cíclico e estrutural; crescimento de contingentes situados na condição de subclasse; superexploração da força de trabalho; discriminação racial, sexual, de idade, política, religiosa; migrações de indivíduos, famílias, grupos e coletividades em todas as direções, através de países, regiões, continentes e arquipélagos; ressurgência de movimentos raciais, nacionalistas, religiosos, separatistas, xenóforos, racistas, fundamentalistas; múltiplas manifestações de pauperização absoluta e relativa, muitas vezes verbalizadas em termos de ‘pobreza’, ‘miséria’, ‘fome’ (Ianni, 2007, p. 134).

O desmonte das condições de trabalho tem fortes reverberações sociais, pois esses processos se encadeiam, se vinculam, e se expressam na crescente pauperização e conseqüente desqualificação das condições de vida dos segmentos majoritários das populações, no espraiamento dos espaços fragmentados, segmentados, desassistidos dos serviços sociais mínimos que asseguram dignidade à vida e que só fazem denunciar as desigualdades e privações a que estão expostos tais segmentos. Emerge, assim, no sentido de Castel (1998), uma “nova questão social”<sup>10</sup>.

Milton Santos (2000, p. 48), ao relacionar a questão territorial com o exercício da cidadania, evidencia a proliferação de áreas desprovidas de condições e serviços essenciais à vida e ao bem estar social, resultando em espaços sem cidadãos: “o resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente”.

Os efeitos da globalização também penetram o universo mais íntimo das subjetividades, imprimindo novos

significados às sociabilidades, nas desvinculações/desinserções provocadas pelo “nomadismo” ocupacional, no descompromisso com o outro. Bauman (1999a, p. 112) coloca em questão justamente o esgarçamento e a volatilidade dos vínculos sociais, marcados pela efemeridade das afetividades, pelas novas expressões e rearranjos identitários, pela perseguição cega à satisfação dos desejos, pelo imediatismo dos projetos e ações em suas circunscrições cada vez mais individualizantes:

Como pode alguém investir numa realização de vida inteira, se hoje os valores são obrigados a se desvalorizar e, amanhã, a se dilatar? Como pode alguém se preparar para a vocação da vida, se habilidades laboriosamente adquiridas, se tornam dívidas um dia depois de se tornarem bens? Quando profissões e empregos desaparecem sem deixar notícia e as especialidades de ontem são os antolhos de hoje? E como pode fixar e separar um lugar no mundo se todos os direitos adquiridos não o são senão até segunda ordem, quando a cláusula da retirada à vontade está escrita em todo contrato de parceria quando – como Anthony Giddens adequadamente expressou – todo relacionamento não é senão um ‘simples’ relacionamento sem compromisso e sem nenhuma obrigação contraída, e não é senão amor ‘confluyente’, para durar não mais do que a satisfação derivada?

As dimensões *econômica, social, política, cultural* da vida social ganham, com a globalização, por meio de processos tais como a *financeirização da economia, a autonomização dos mercados, o esvaziamento da política, a mercantilização da cultura, a autonomização do capital frente ao trabalho*, novos conteúdos e passam a ser compostas sob uma nova dinâmica e um novo todo social, a *sociedade global*. Ou seja, o que em termos clássicos, no âmbito do pensamento sociológico, havia sido denominado de “sociedade” (normalmente identificada com o “Estado-nação”), agora ganha uma nova conformação, mais abrangente, mais complexa, compreendendo novas dinâmicas sociais. Outra dimensão decorrente do processo de globalização é a ressignificação da relação *local/nacional/global*, como veremos a seguir.

<sup>10</sup> Sobre o estatuto da “questão social” na sociedade salarial, particularmente quanto à sua condição atual, Castel (1998, pp. 495-496) assim se coloca: “O salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade; depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte. Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o status que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como o pertencimento familiar ou a inscrição numa comunidade concreta, que essa centralidade do trabalho é brutalmente recolocada em questão. Teremos chegado a uma quarta etapa de uma história antropológica da condição de assalariado, etapa em que sua odisséia se transforma em drama?”.

## 7. REDIMENSIONAMENTO DA RELAÇÃO LOCAL-NACIONAL-GLOBAL

No âmbito do Estado-nação e, particularmente, da sua versão *Welfare State*, configurou-se certo arranjo sócio, econômico, político, cultural. Processou-se certa compatibilização, embora sempre tensa e sob apontadas limitações, entre, de um lado, crescimento econômico e, de outro, quase-pleno-emprego, democratização da sociedade, regulação pública do mercado, proteção social, universalização de direitos civis, políticos e sociais.

O fenômeno da globalização problematizou a existência do Estado-nação e colocou em xeque as possibilidades do modelo do *Welfare State* e, conseqüentemente, o arranjo que este articulava do social ao cultural. Emergiu uma configuração mais complexa, envolvendo uma forte tendência de deslocamento do centro de gravidade para o âmbito *global*, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, isso tem favorecido a reemergência do âmbito *local*, na medida em que a integração por cima afrouxa de certo modo as amarras sobre os pisos de baixo. Estende-se o todo social para além da referência do Estado-nação. Este se vê, sob tais condições, colocado frente à necessidade de resistir, se quiser preservar um lugar socialmente estratégico. Para isso, paradoxalmente, se utiliza cada vez mais de processos de integração regional-supranacionais, cujo principal emblema é, até o momento, o da Comunidade Européia.

Assim sendo, conforme Santos (2005), ao contrário da globalização implicar em um processo de homogeneização, tem resultado na combinação entre certo efeito universalizador e a reemergência de particularismos, dando evidência à diversidade local<sup>11</sup>. De outra parte, ao mesmo tempo em que se vê permeado por um sentido dominante, baseado em um forte consenso (um dos pilares: o “Consenso de Washington”<sup>12</sup>), se trata de um

campo de conflitos. A diversidade de processos implicados na globalização

faz com que o impacto nas estruturas e práticas nacionais e locais, aparentemente monolítico, seja, de fato, muito contraditório e heterogêneo, já que, em cada uma das áreas da vida social, é o produto de uma negociação conflitual e de resultados relativamente indeterminados entre o que é concebido como local ou endógeno e o que é concebido como global ou exógeno, entre rupturas e continuidades, entre novos riscos e velhas seguranças, entre mal-estares conhecidos e mal-estares desconhecidos, entre emergências e inércias (SANTOS, 2005, p. 11).

Decorre daí que “o Estado-nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa econômica, social e política” (SANTOS, 2005, p. 36). Não só os Estados-nacionais tendem a deixar de ser o espaço central de articulação das dimensões constitutivas do todo social, em favor de uma dinâmica cada vez mais de amplitude global<sup>13</sup>, em uma nova articulação desta com o espaço local; como, sob as novas condições, e nos termos dados, as referidas dimensões constituem-se, para formar um novo todo, sob novas bases de composição entre si. Estabelece-se uma nova dinâmica de relação entre o econômico, o político, o social, o cultural.

Ianni (2007) fala mesmo na constituição de uma “sociedade global”, que denomina de “globalismo”, que se afirma convivendo *com* e estimulando e, ao mesmo tempo, predominando *sobre* diversas formas de manifestação de localismos, provincianismos, nacionalismos, imperialismos, regionalismos, colonialismos, etnicismos, fundamentalismos etc.: “A despeito de tudo o que preexiste e subsiste, em todas as suas peculiaridades, generalizam-se as relações, os processos e as estruturas que constituem o globalismo” (Ianni, 2007, p. 183). Trata-se de uma nova configuração societal: “São realidades sociais, eco-

<sup>11</sup> Como ilustra bem Giddens (1991, p. 70), “quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como dinheiro mundial e mercados de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão. O resultado não é necessariamente, ou mesmo usualmente, um conjunto generalizado de mudanças atuando numa direção uniforme, mas consiste em tendências mutuamente opostas. A prosperidade crescente de uma área urbana em Singapura pode ter suas causas relacionadas, via uma complicada rede de laços econômicos globais, ao empobrecimento de uma vizinhança em Pittsburgh cujos produtos locais não são competitivos nos mercados mundiais”.

<sup>12</sup> Consenso de base *neoliberal*, assim denominado “por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia” (SANTOS, 2005, p. 27). Para Stiglitz (2002), sustentou-se em três proposições principais: as privatizações; a liberalização dos mercados; e a austeridade fiscal. Mas, tratando-se de um receituário concebido pelo Norte para ser aplicado no Sul.

<sup>13</sup> Nesse contexto, sobressaem como novos espaços centrais de poder em escala mundial, as empresas multinacionais, as instituições financeiras globais e os blocos comerciais transnacionais.

nômicas, políticas e culturais que emergem e dinamizam-se com a globalização do mundo, ou a formação da sociedade global” (Ianni, 2007, p. 183); em cuja base se encontra o *capitalismo*:

As forças decisivas, pelas quais se dá a globalização do mundo, instituindo uma configuração histórico-social nova, surpreendente e determinante, são as forças deflagradas com a globalização do capitalismo, processo esse que adquiriu ímpetos excepcionais e avassaladores desde a Segunda Guerra Mundial e mais ainda com a Guerra Fria, entrando em franca expansão após o término desta (IANNI, 2007, p. 184).

Para Santos (2005), a globalização é um modo de produção e de dominação, no interior do qual o *global* e o *local* são socialmente produzidos. Nesse processo, o movimento de *globalização* implica e contém movimentos de *localização*, e vice-versa. Um novo todo, encerrando dinâmicas e contradições de novos tipos, se constitui. O modo de produção de globalização, o autor o define nos seguintes termos:

é o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival (Santos, 2005, p. 63).

Esse processo tem implicações no sentido da constituição de movimentos, reciprocamente reportados, de *globalização* e *localização*:

Em primeiro lugar, perante as condições do sistema mundial em transição, não existe globalização genuína; aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. Por outras palavras, não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, real ou imaginada, uma inserção cultural específica. A segunda implicação é que a globalização pressupõe a localização. O processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior. De fato, vivemos tanto num mundo de localização como num mundo de

globalização (...). O motivo por que é preferido o último termo é, basicamente, o fato de o discurso científico hegemônico tender a privilegiar a história do mundo na versão dos vencedores.

Alguns exemplos de como a globalização pressupõe a localização: a língua inglesa transformada em língua franca (contribuindo para *relocalizar*, por exemplo, a língua francesa); o cinema de Hollywood; o *fast food*; a música americana, etc.

A partir daí Santos (2005, pp. 65-71) aponta quatro processos a partir dos quais a globalização se estabelece: a) o “localismo globalizado”, quando determinado fenómeno local é globalizado, convertendo a “diferença vitoriosa em condição universal e a conseqüente exclusão ou inclusão subalterna de diferenças alternativas”; b) o “globalismo localizado”, que diz respeito ao “impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados”, implicando em formas de “inclusão subalterna”, a partir das quais as condições locais sofrem um efeito de desintegração (exemplos: destruição ambiental; enquadramento cultural; exploração turística de patrimônios étnico-culturais; destruição da economia local etc.)<sup>14</sup>; c) o “cosmopolitismo”, tido como uma forma de globalização da resistência aos “localismos globalizados” e aos “globalismos localizados”, baseada em “Estados-nações, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais” daí resultantes<sup>15</sup>; d) e o “patrimônio comum da humanidade”, como uma segunda forma de globalização da resistência aos “localismos globalizados” e aos “globalismos localizados”, envolvendo mais especificamente “as lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária”.

Na visão do autor, as possibilidades de construção de uma “globalização política alternativa à hegemônica” estariam fundamentadas no “cosmopolitismo” e no “patrimônio comum da humanidade”, enquanto sinalizações de formas de globalização “de-baixo-para-cima”, em res-

<sup>14</sup> Segundo o autor, é possível, nos termos de uma nova divisão internacional do trabalho, identificar formas de globalização predominantes por grupos de países: enquanto os países centrais tendem a especializarem-se em “localismos globalizados”, nos países periféricos a tendência seria a incidência de “globalismos localizados” e nos semi-periféricos, certa coexistência entre ambos.

<sup>15</sup> A resistência, a partir da constituição de redes mundiais de movimentos e organizações sociais, segundo o autor, consiste em “lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção”, a exemplo do que expressaria o Fórum Social Mundial (SANTOS, 2005, p. 70).

posta as formas de globalização “de-cima-para-baixo”, quando se esboça a emergência de uma “sociedade civil e política global”. A globalização, portanto, não deveria ser tomada como expressão de apenas uma dessas tendências, mesmo em se tratando da *dominante*. O novo todo social compreende diversas formas de globalização, em luta, “que em realidade se constrói segundo quatro modos de produção” (Santos, 2005, p. 71).

Colocar o debate sobre a globalização nesses termos implica em compreendê-la com uma componente *descritiva* e outra *prescritiva*, com uma dimensão de *fato* e outra de *ideologia*. Para Milton Santos (2006), por isso, é mais sensato falar-se em *globalizações* e considerar o tema diferenciando-o em três sentidos: como *fábula* (referindo-se ao discurso hegemônico, à “máquina ideológica”, que a sustenta como visão de mundo); como *realidade* (quanto ao caráter perverso de suas conseqüências sociais); e como *possibilidade outra* (sobre o quão possível é pautar-se uma outra globalização).

Com vista a se contrapor à visão dominante de globalização, sob a idéia falsa de que se trata de um fenômeno linear, monolítico e inequívoco, Santos (2005, p. 49) procura realçar o caráter político e ideológico dos discursos que o anunciam/defendem, trazendo em seus fundamentos “intencionalidades específicas”. O autor destaca duas dessas intencionalidades: a) a “falácia do determinismo”, que pressupõe a idéia da globalização como “um processo espontâneo, automático, inelutável e irreversível que se intensifica e avança segundo uma lógica e uma dinâmica próprias suficientemente fortes para se imporem a qualquer interferência externa” (Santos, 2005, p. 49)<sup>16</sup>; b) a “falácia do desaparecimento do Sul”, dado que “a globalização é vista a partir dos países centrais tendo em vista as realidades destes” (Santos, 2005, p. 53).

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ianni (2007, p. 185) se refere à globalização como “manifestações de uma ruptura histórica”, que por isso traz “implicações práticas e teóricas fundamentais”. São transformações várias, com intensidades diversas, que em certos aspectos se mostram contundentemente e em outros se inviabilizam, e que se fazem presentes, de um

modo ou de outro, em todos os lugares do planeta.

Pelo que sinalizamos aqui, a emergência da “sociedade global” desafia o pensamento sociológico, não só por basear-se em uma conformação societal em escala mais ampla e abrangente, pondo em questão as teorias sociológicas baseadas em uma identificação automática entre “sociedade” e Estado-nação, mas também por implicar uma nova configuração sócio-econômico-político-cultural que problematiza o modo como, classicamente, essas teorias apreenderam as relações entre tais dimensões.

São esses processos, de *transformações* e *rupturas*, que requerem a atenção do pensamento sociológico, para que possamos compreender melhor o nosso tempo.

Sob todos os aspectos, o globalismo institui um horizonte excepcional para a reflexão sobre as mais diversas realidades sociais. Seja como hipótese ainda provisória, como querem alguns, seja como configuração geistórica e categoria teórica, como querem outros, o globalismo permite refletir sobre o presente, repensar o passado e imaginar o futuro. O globalismo tanto desafia as nações e as nacionalidades como as mais diversas correntes teóricas das ciências sociais. Todas essas ciências defrontam-se com os desafios do globalismo, pela sua originalidade como objeto de reflexão e pelas urgências da sua interpretação (IANNI, 2007, p. 196).

Entretanto, alerta ainda Ianni (2007), referindo-se às diversas correntes do pensamento sociológico (citando: a evolucionista, a positivista, a funcionalista, a marxista, a weberiana, estruturalista e a sistêmica), suas bases estão assentadas em conceitos formulados sob o marco da sociedade nacional. Requerem, por isso, um imenso esforço de reelaboração.

De outra parte, a problemática da globalização encontra-se ainda em processo de formação e só agora começa a ser percebida em suas manifestações empíricas e em suas implicações epistemológicas. Trata-se de algo desafiador ao pensamento atual:

Constitui-se como um jogo de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e contradição, soberania e hegemonia, configurando uma totalidade em movimento, complexa e problemática. Trata-se de um universo múltiplo, uma sociedade desigual e contraditória, envolvendo economia, política, geografia, história, cultura, religião, língua, tradição, identidade, etnicismo, fun-

<sup>16</sup> Santos (2005, p. 49) lembra que “o Consenso de Washington é uma decisão política dos Estados centrais como são políticas as decisões dos Estados que o adotaram com mais ou menos autonomia, com mais ou menos seletividade”.

damentalismo, ideologia, utopia. Nesse horizonte, multiplicam-se as possibilidades e as formas do espaço e tempo, o contraponto parte-todo, a dialética singular e universal” (IANNI, 2004, p. 247).

Novos olhares precisam ser exercitados, sobretudo situando-se nos pontos onde a globalização se mostra mais particularmente contundente nas suas implicações e onde estão possibilitadas as maiores chances de se esboçarem processos de resistência e de contraposição às suas formas dominantes, o âmbito do *local*. Do local ao global: eis uma perspectiva que pode trazer uma dimensão mais crítica e democrática à tarefa de pensarmos sobre o nosso tempo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.
- \_\_\_\_\_. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999b.
- \_\_\_\_\_. Em busca de la política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- BECK, U. O que é globalização? Equívocos do globalismo; respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BOURDIEU, P. Contrafogos 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CASTEL, R. Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CASTORIADIS, C. O mundo fragmentado: as encruzilhadas do labirinto 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- DINIZ, E. Globalização, Reforma do Estado e teoria democrática contemporânea. São Paulo em Perspectiva. V. 15, N. 04, 2001.
- GIDDENS, A. As conseqüências da Modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- IANNI, O. Teorias da globalização. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- \_\_\_\_\_. A era do globalismo. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARX, K. (sd), Manifesto do Partido Comunista, In Karl Marx e Friedrich Engels: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, sd.
- MONTAÑO, C. Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.
- OLIVEIRA, F. de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E. M. e Arceo, E.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. de S. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. 5.ed., São Paulo: Nobel, 2000.
- \_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 13.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SENNET, R. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- STIGLITZ, J. A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.
- TÓTORA, S. Democracia e direitos: obstáculos e desafios. São Paulo em Perspectiva. V. 09, N. 04, 1995.